

Plano local de Fortalecimento dos Controles Sociais na Escola

A melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está ligada à criação de espaços de participação social que geralmente são pouco utilizados no ambiente escolar, especialmente nas escolas públicas, apesar de legalmente ser uma condição da Gestão democrática:

“ ... na gestão democrática nos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal. Afinal, a gestão democrática como princípio da educação nacional sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação” (Conae 2011. Documento Final, página 59).

Para suprir a carência de estratégias de gestão que estimulem e orientem a gestão participativa nas escolas; proporcione o engajamento de novos atores sociais comprometidos com o protagonismo do Controle Social e ofereça suporte para o desenvolvimento de Controles Sociais efetivos é necessário a realização de um trabalho que desafie dialogar de forma aberta e transparente com todos.

Através de uma abordagem Qualitativa de caráter exploratório documental e de campo, utilizando técnicas metodológicas de Análise de documentos, questionários, observação participante e análise de conteúdo com a proposição de inferências e interpretações é possível desenvolver uma Tecnologia de Gestão Social (TGS) e quem sabe até um Plano local de fortalecimento dos controles sociais da escola, capaz de estimular o engajamento e compromisso de todos da comunidade escolar.

Espera-se com isso, um impacto imediato nos seguintes campos:

Econômicos: Transparência, eficácia, eficiência, planejamento, Controle do dinheiro público investido na escola de forma participativa;

Social: Exercício da Gestão Participativa e colaborativa, como a solução coletiva para os problemas observados na escola e no seu entorno, estímulo ao Exercício da Gestão Participativa, oferecendo um suporte para gestores sociais atuarem na Gestão Democrática das Escolas Públicas e,

Ambientais: Economia de tempo, energia e diminuição de conflitos internos para a solução dos problemas existentes tanto internamente como externamente.

E assim, no espaço escolar do Colégio Estadual Professor Carlos Valadares, localizada no território portal do sertão, no centro do município de Santa Bárbara - Bahia, a diretora Ladajane Barbosa dos Santos, há dois anos na gestão da escola, eleita com 93,7% dos votos e aprovada na seleção para gestor, iniciou com sua equipe uma trabalho de gestão colaborativa, onde foi possível pensar em várias formas de exercício do controle social local.

O desejo por investigar o exercício de fortalecimento dos controles sociais locais no interior da escola, para que os alunos pudessem exercer sua cidadania, onde os limites e as possibilidades do controle social da gestão democrática no contexto de escolas públicas pudessem ser evidenciados, e fossem construídas alternativas de fortalecimento e engajamento dos controles sociais locais, acabou se tornando um desafio para a gestão.

As reflexões realizadas, possibilitaram delinear algumas questões norteadoras para realização do estudo: como a gestão democrática trabalha para que o controle social seja efetivado? de que maneira os atores sociais exercem o controle social? qual a efetividade do colegiado enquanto instância de controle social? quais são os avanços e s entraves do controle social na escola? qual a relevância do uso da tic para a gestão democrática e colaborativa para melhoria da atuação do colegiado? essas questões, dentre outras, culminaram na produção dessa proposta, constituída na tentativa de responder a seguinte problemática: como fortalecer os controles sociais na gestão democrática da escola por meio da tecnologia?

O trabalho partiu da hipótese de que o exercício da gestão participativa e colaborativa pudesse ser fortalecido por meio do controle social, utilizando ferramentas tecnológicas viáveis para uma solução coletiva de problemas observados na escola e no seu entorno. O projeto foi pensado para ser desenvolvido durante a gestão que teve início em janeiro de 2016 e será finalizado em janeiro de 2019.

O objetivo geral da projeto é analisar como o controle social é realizado na escola e, a partir das observações, com a proposta de desenvolvimento de uma tecnologia social que facilite a comunicação e o papel do controle social na gestão democrática da escola por meio do uso desta tecnologia como culminância.

Para tanto será necessário verificar em que medida o uso da tecnologia social inspirada em um aplicativo (colaborativo) de celular que pode favorecer o fortalecimento do controle social local; a ideia concebida pode ser melhor compreendida através de um protótipo do mesmo, como estratégia de atuação dos controles sociais em escola pública de forma colaborativa onde todos possam ser ouvidos e as soluções possam ser socializadas com tarefas divididas e executadas pelos responsáveis eleitos para cada ação.

Vale sinalizar que se trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. a partir da inserção no campo empírico de uma escola de rede pública com vista a pensar na contextualização dos controles sociais como espaços voltados à participação social, dirigindo a reflexão para a estrutura, cuja natureza reflete as motivações sociais e a ação dos conselhos.

Identificar os impasses para atuação dos controles sociais é um caminho para lutar pela participação e pelo direito a uma educação para a emancipação, pois como diria Adorno (1995), sobre a invisibilidade (neste caso do controle social) que denuncia a sociedade pelos obstáculos impostos à participação. Revela a importância dos espaços de orientação democrática das escolas, como os Colegiados, Conselhos, Associações e Agremiações como arranjos de engajamentos e participativação.

Neste sentido começa nosso percurso no mês de Janeiro de 2016 com a posse da nova gestão, as reuniões de colegiado, a virada educacional de 12 horas envolvendo escola e comunidade (1º.transformaê) com a temática votada a educação fiscal, as eleições de líderes de classe, a criação da Com-vida (comissão de meio ambiente e qualidade de vida), as comissões para realização dos eventos, abaixo assinados, a elaborado da 1ª. carta aberta com a assinatura de pais, professores, funcionários e alunos com as propostas para a melhoria da escola e a implantação da mesma com um curso técnico profissionalizante que ajudasse no desenvolvimento da cidade, que é conhecida como terra do requeijão.

em 2016 foi reativado uma proposta voluntaria de oficinas de música, esporte e dança, totalmente com voluntários e em março de 2017 a adesão ao novo mais educação, programa do Mec que fortaleceu e legitimou as oficinas existentes.

No mês de maio de 2017, ocorreu nova eleição para composição do colegiado escolar, com praticamente o triplo de concorrente e o dobro de vagas comparada à última eleição.

E a observação quanto ao colegiado, ao avaliar o livro de ata com o registro das reuniões constata-se que durante os anos de 2008 a 2015 as reuniões ocorriam de acordo com as demandas burocráticas, durante o ano de 2015, houve apenas duas reuniões de colegiado, especificamente para tratar sobre a eleição do colegiado.

Claro que mudanças não ocorrem da noite para o dia, assim, no ano seguinte, após algumas intervenções e durante o curso de Educação Fiscal da Esaf (120h), onde 55% dos professores efetivos e 30% dos membros do colegiado participaram, notamos algumas mudanças significativas:

- a) todos os meses houveram reuniões ordinárias, além disso aconteceram duas reuniões ex-raordinárias no ano de 2017;
- b) a pauta de reuniões refletia a necessidade da escola;
- c) as convocações não eram somente da gestão, houve convocação de pais para tratar de questões pedagógicas (convocados por uma comissão de pais de alunos insatisfeitos com o atraso dos professores);
- d) a presidência do colegiado não era de alguém da gestão e sim uma professora (Juliana);
- e) houve conflitos em que o colegiado precisou se posicionar (empréstimo da quadra, prestação de contas sem entregar, situação de professor com faltas frequências);
- f) organização do voluntariado das oficinas em 2016 com a coordenação da representante de mães;
- g) mudanças de funcionários e de ações financeiras e recursos de acordo com a necessidade da escola evidenciada durante as reuniões;

Ao questionar o grupo do colegiado sobre a mudança, a presidente (professora Juliana Rocha argumentou *“...que a escola tem muita coisa para melhorar e que as soluções podem ser pensadas sim conjuntamente especialmente pelo colegiado e por todos que desejam se organizar.”*

Talvez o fato da professora ser aluna do mestrado em Desenvolvimento Territorial (Uefs) tenha também contribuído para a melhoria da atuação do colegiado dos seguimentos observados durante a reunião do colegiado, o único que não havia frequência continua era o segmento de funcionários, ao ser abordada com o tema na reunião de colegiado, a representante relata:

“Por conta do pouco número de funcionários não podemos parar o serviço pra participar da reunião, mas se precisar de alguma coisa, pode falar.” (Acácia, 05/09/2016, informação verbal)

Neste momento, nota-se que havia uma divisão simbólica entre funcionários: fixos (os estatutários) e os terceirizados regime ou Reda, onde estes últimos se sentiam mais vulneráveis, por conta do contrato provisório.

Sobre os alunos, observamos que, o Colegiado ajudou na mobilização dos líderes de sala para elaboração do plano de ação em melhoria da escola e participação deste, com líderes de outras escolas duante os encontros de líderes municipais e regionais. Aparentemente, observa-se mais sensibilidade às dificuldades relatadas pelos seus representantes.

Também em 2017, uma das alunas, uma representante do colegiado mais engajada, que concluiu o Ensino Fundamental II indo estudar em outra escola, E, mesmo assim continuou até meados de março de 2017 no grupo de whatsapp do colegiado ajudando sempre com sugestões e frequentado esporadicamente a escola.

É importante relatar que na escola existem os grupos de whatsapp do colegiado, de funcionários, de professores (Informe Valadares) com a gestão, de líderes de sala e de lideranças de classe com sua turma. O que vem facilitando a comunicação. Mesmo assim, não substituí a ideia do aplicativo, que consideramos uma estratégia importante para a escola, mas que por questões financeiras e estruturais ainda não foi viabilizado, tendo apenas o protótipo que foi eleito uma das seis melhores ideias do concurso "Ideias inovadoras" da Fapesb-ba no ano de 2015, categoria 8:Educação.

A ideia consiste no desenvolvimento de um aplicativo, denominado pela criadora, a gestora Ladjane Barbosa dos Santos: É tudo nosso. É importante ressaltar que, nos anos de 2016 e 2017, quando a Secretaria de Educação do Estado da Bahia aprovou a proposta, foram feitos três orçamentos para desenvolvimento do aplicativo. o posicionamento atual é de aguardo da liberação de recursos, o que, por conta da atual crise, infelizmente impede que o aplicativo comece a ser utilizado na escola, com a proposta do login ser o número da matrícula e a senha a data de nascimento de cada usuário. Espera-se que até lá final da gestão o aplicativo comece a ser utilizado por toda equipe escolar, especialmente após adesão do programa "Escolas Conectadas" do Mec que oferecerá maior capacidade de acesso a internet na escola.

A ideia da TGS (Tecnologia de Gestão Social) aposta na construção do aplicativo para celular (é tudo nosso!), para o fortalecimento das práticas de controle social e da gestão democrática da escola pública, acredita-se que este instrumento ajudará a escola a identificar os limites e pensar em possibilidades de exercício da gestão democrática. E com o exercício efetivo da gestão democrática na escola, utilizando-se dos espaços físicos e virtuais, é possível que, a longo prazo, tenhamos uma população mais engajada, empoderada e legitimada pelo exercício da democracia participativa.

Para melhor compreensão, o aplicativo de celular (é tudo nosso!) é um sistema inovador e sua aplicação prática facilitará e estimulará a dinâmica de participação envolvendo todos os seguimentos da escola (alunos, pais, professores, gestão, colegiado...). este produto, além da educação pública, pode ser adaptado para: os órgãos de controle interno e externo, rede pública de ensino, gestores, prefeituras, escolas particulares interessadas em adaptar o serviço a sua realidade local. Portanto, configura-se numa Tic bastante útil para o fortalecimento do Controle Social Colaborativo para os cidadãos que poderá ter facilidade de acesso e de acompanhamento, monitoramento e avaliação da participação dos seus membros na gestão democrática. Enfim, é uma proposta que dará certo por várias razões.

Quanto aos possíveis impactos gerados com a inovação proposta, são:

- **econômicos:** transparência, eficácia, eficiência e controle do dinheiro público;
- **sociais:** exercício da gestão participativa e colaborativa, como a solução coletiva para os problemas observados;
- **ambientais:** poderá se economizar tempo, energia e conflitos internos para a solução dos problemas existentes tanto internamente como externamente.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram:

- 1- levantamento de informações sobre os controles sociais existentes ;
- 2- leituras, entrevistas semiestruturada;

4- registro de acompanhamento e avaliação das ações propostas pela gestão e pelos controles sociais;

5- relatório, síntese para divulgar os resultados das observações;

Enfim, o aplicativo pode ser considerado como um sistema inovador, um plano local de efetivação do controle social para a proposição de ações significativas na gestão democrática, os espaços de atuação dos controles sociais existentes de fato e de direito. Além disso, é um aplicativo de celular que servirá para auxiliar os representantes dos controles sociais existentes com sua base, para que seja possível exercer a gestão participativa com uma ideia que facilita, empodera e articula e estrutura o compromisso de todos por uma escola melhor.

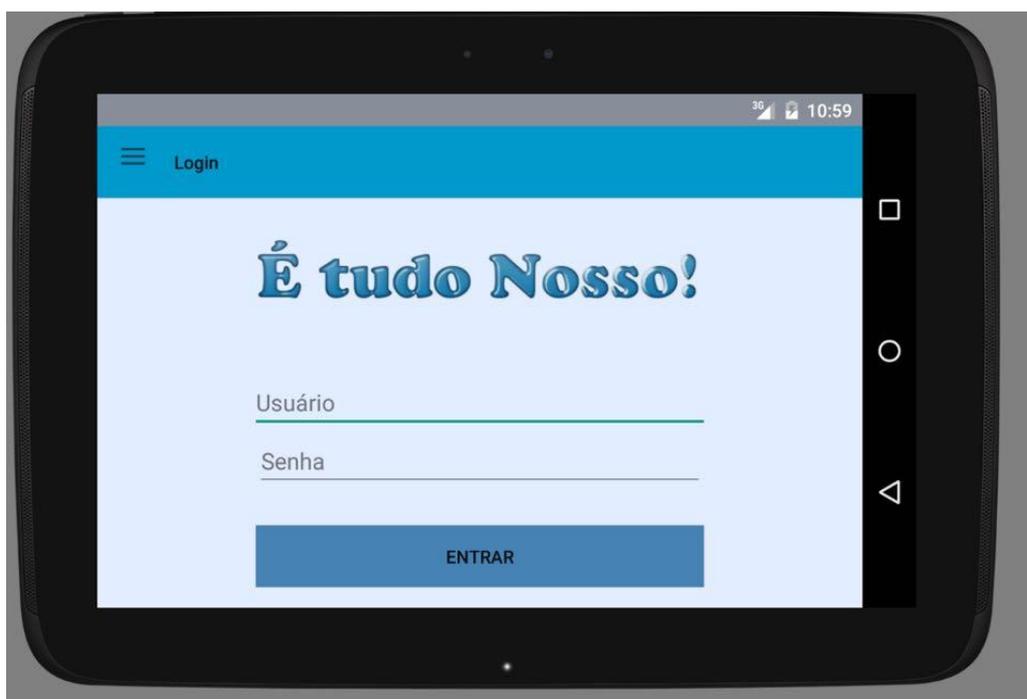
O escopo da solução do aplicativo será desenvolvido para a plataforma android, com as seguintes funcionalidades:

1. cadastro de professores;
2. cadastro de alunos;
3. cadastro de plano de ação;
4. cadastro de notícias;
5. demandas locais e externas;
6. transparência

Quanto à confidencialidade, o conteúdo deste escopo constitui informação privilegiada e, como tal, terá caráter confidencial, só podendo ser utilizado exclusivamente no cumprimento e execução das condições estabelecidas neste, sendo expressamente vedado às partes: utilizá-lo para fins outros que não os previstos neste instrumento; repassá-lo a terceiros e/ou empregados não vinculados diretamente ao objeto proposto.

Segue abaixo seu protótipo:

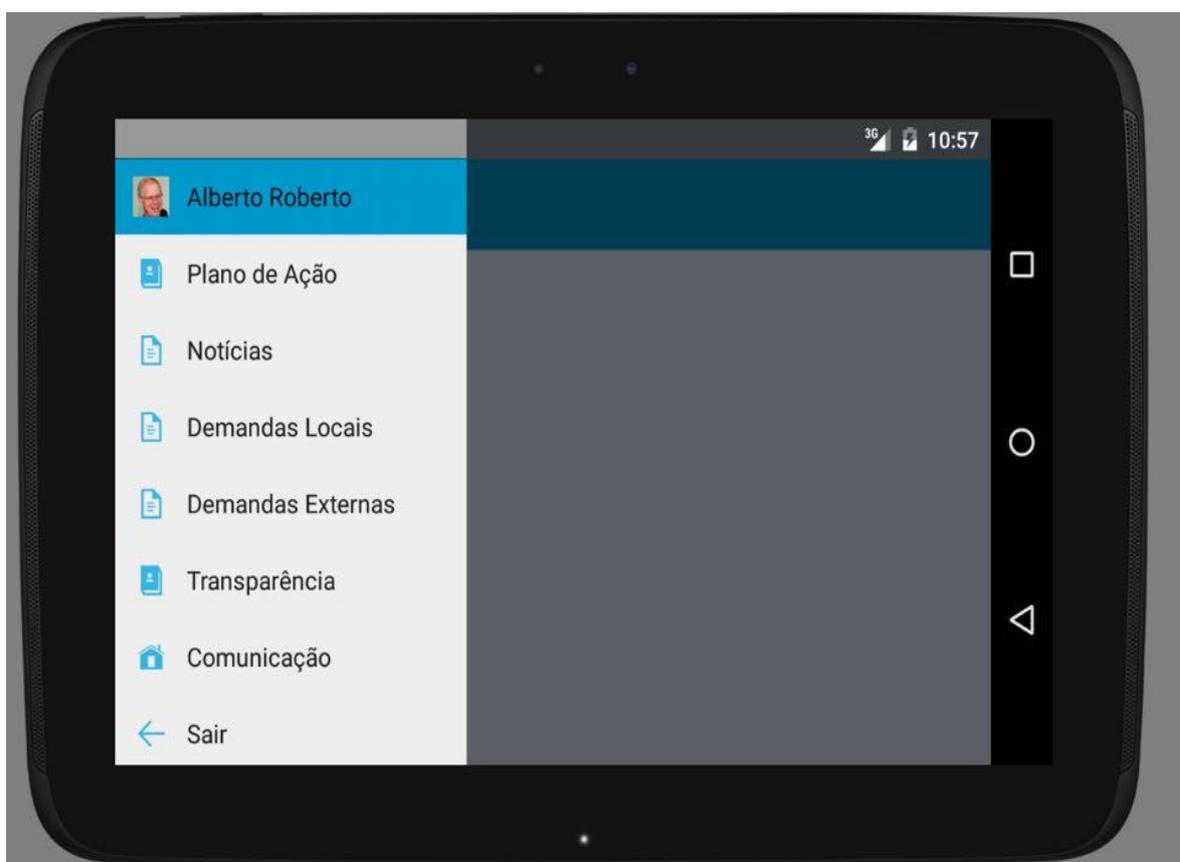
Figura 1 - tela de login:



Fonte: Santos, Ladjane, 2017

Esta segunda tela abaixo trará as opções que aparecerão para cada usuário, que terá a oportunidade de atualizar seu perfil com foto, endereço, telefone, segmento que representa, idade e um espaço para descrição do seu perfil pessoal com profissional e pessoal. quanto às opções, estarão disponíveis para todos os usuários o plano de ação da gestão e dos órgãos de controle social de cada escola:

figura 2 – tela de operacionalização:



Fonte: Santos, Ladjane, 2017

Nos links destacados temos:

Planos de ações: No caso específico da escola CEPCV, temos da associação de pais, professores e amigos do CEPCV, do Colegiado Escolar, com os representantes dos segmentos de pais, professores, alunos, funcionários, da gestão e membros comunidade local que são parceiros da escola, além do plano de ação anual dos líderes de sala e futuramente do grêmio estudantil;

Notícias farão um apanhado do link da Sec-ba, do Mec, dos principais jornais e entidades relacionadas;

Demandas locais trata-se das necessidades elencadas por cada controle social;

Demandas externas dizem respeito às demandas do núcleo territorial educacional 19 – nte-19, da secretaria de educação do estado da bahia – sec-ba, dos projetos e demais demandas necessárias.

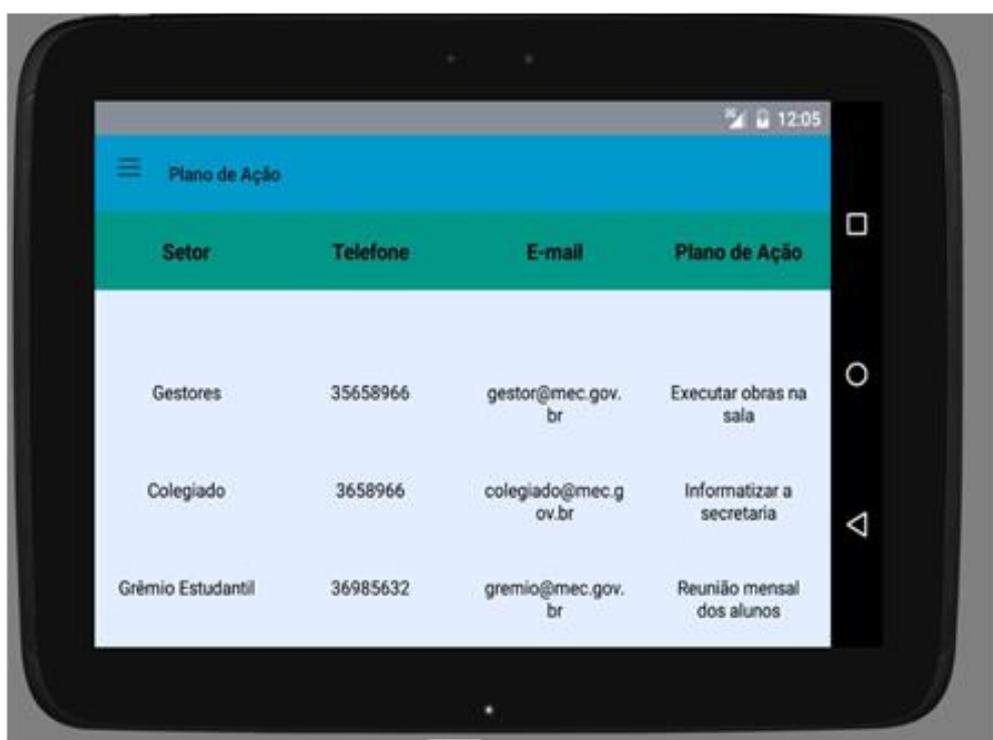
Transparência faz um link com o portal da transparência e transparência na educação, preferencialmente em tempo real;

Comunicação - trata-se de agendamentos para conversas em grupos, data de reuniões e assembleias, comunicados importantes, resultados finais, organização de conselhos, eleições, etc.

A tela **sair**, faz com que o usuário saia do aplicativo com segurança.

Menu de ações: a tela seguinte apresentada demonstra como será o registro dos planos de ação dos diferentes segmentos com identificação do setor, usuários, e-mail e contatos.

Figura 3 – tela do plano de ação:



Setor	Telefone	E-mail	Plano de Ação
Gestores	35658966	gestor@mec.gov.br	Executar obras na sala
Colegiado	3658966	colegiado@mec.gov.br	Informatizar a secretaria
Grêmio Estudantil	36985632	gremio@mec.gov.br	Reunião mensal dos alunos

Fonte: Santos, Ladjane 2017

A intenção é servir à rede pública de ensino e ajudar gestores de escola que queiram realizar a gestão participativa e colaborativa. a ideia também pode ser replicada com algumas adaptações como já sugerido, para prefeituras, escolas particulares interessadas em adaptar o serviço a sua realidade local. Este produto também poderá ser expandido para outras instituições públicas, que prezam pelo exercício do controle social na gestão.

As etapas de desenvolvimento começam com o levantamento de informações sobre os controles sociais e aplicativos existentes. para isso, podem ser elaborada uma pesquisa de produto, registro, acompanhamento e avaliação das ações propostas e contribuições dos representados e um relatório síntese para divulgar os resultados do plano com a utilização do aplicativo;

Vale ressaltar que o aplicativo é tudo nosso! participou da etapa final, do concurso ideias inovadoras, ficando entre os seis finalistas, na categoria oito, do ano de 2015. em 2016, concorreu ao prêmio nacional de educação fiscal, sendo o único do estado da bahia a concorrer. os itens abaixo servem como proposta de função para cada opção prevista no aplicativo:

Planos de ação por seguimento:

- gestores;
- lideranças de classe;
- colegiado;
- professores;
- funcionários;
- associação de pais, de amigos, e outros;
- grêmio estudantil.

Transparência - instituições:

- secretaria de educação (municipal / estadual);
- avaliações externas;
- controles externos;
- conselhos estaduais;
- conselhos federais;
- ministério público (federal e estadual);
- telefones úteis de apoio ao cidadão;
- câmara dos deputados (federal e estadual);
- mec – ministério da educação e cultura;
- secretarias públicas (municipais e estaduais);
- câmara dos deputados (federal e estadual);
- ministérios;
- justiça;
- tribunal de contas da união;
- tribunal de contas do estado;
- cgu
- agu
- jornais locais;
- jornais;

- audiência pública;

Demandas externas

- notas sge;
- avaliações externas;
- controles externos;
- conselhos (estaduais e federal);
- ministério público (estadual e federal);
- telefones úteis de apoio ao cidadão;
- câmara dos deputados (estadual e federal);
- diário oficial do estado;
- diário oficial da união;
- jornais;
- ouvidorias;
- educação inclusiva;
- fóruns;
- ministério público;
- justiça; saúde;
- ação social;
- transporte;
- moradia;
- campanhas;
- comunicações;
- atas;
- ofícios;
- bilhetes;
- comunicado;
- pauta de reuniões;
- abaixo-assinado;
- recibo;
- certidões;
- redes sociais;
- recado;
- lista telefônica;

- lista de e-mails;
- aviso/notificações;
- e-mail;
- whatsapp;

Demandas locais:

Minhas demandas;

- da gestão;
- dos líderes;
- do colegiado;
- do grêmio estudantil;
- dos conselhos;
- nre;
- secretaria de educação;
- professores;
- funcionário;
- alunos;
- com-vida;
- fóruns;
- associações;
- projetos estruturantes;
- paip;
- pais;
- educação inclusiva;
- delegacia;
- câmara de vereadores;
- prefeitura;
- ouvidorias;
- ministério público;
- campanhas;
- audiências públicas;
- prestação de contas;

Quadro 4 – tarefas e interações entre usuários:

notícias	demandas locais	demandas externas	transparência	comunicações
quando cada um insere	quando cada um insere	link de cada órgão	ouvidoria	modelos (<i>link da internet</i>)
mais a página da sec	página dos órgãos	número e e-mail da ouvidoria	e-mail de cada órgão	ata
< http://www.educacao.ba.gov.br/ >			elogio	abaixo assinado
			denúncia	relatório
			retratação	bilhete
				aviso
				carta aberta
				convite

Fonte: santos, Ladjane - 2017.

Quadro 5 – links para facilitar a execução de tarefas:

ouvidorias	acesso à informação	outros links legais
http://www.cnj.jus.br/ouvidoria-page/registre-sua-manifestacao	http://www.cnj.jus.br/transparencia/acesso-a-informacao-sic	
		http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/porta-brasil
http://www.tag2.ouvidoriageral.ba.gov.br/tag/taghub.dl/exec		http://www.aplicativos.gov.br/orgaos?filtro=orgao&valor=f8d326155892c03764abc7cb3647e9d2
	ideb: http://ideb.inep.gov.br/resultado/	
	notas online: http://sge.educacao.ba.gov.br/avaliacao/jsp/avaliacao/boletim/consultarboletimonline.jsp	
	transparencia na escola: http://escolas.educacao.ba.gov.br/node/12249	
	hora do enem: http://tvescola.mec.gov.br/tve/serie/hora-do-enem/plataformadeestudos	
	cartinha família e escola: http://www.se/////////c.ba.gov.br/cartilha/educacaofamilia/index.html	

Caminhos para a Efetivação do Plano de Controle Social Local

Quando se pensa na expressão “controle social” é importante antes de tudo, conhecer sua origem e seu significado. inicialmente, pode-se observar seu significado nos dicionários, como um estudo do “conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados”. (Boudon; Bourricaud, 1993, p. 101). ao passar pela história, é possível conhecer o que Émile Durkheim (1858-1917) já apontava enquanto um problema central para o controle social: como estabelecer um grau necessário de organização e de regulação da sociedade de acordo com determinados princípios morais, mas sem o emprego excessivo da pura coerção. (Alvarez, 2004, p. 169)

Percebe-se, desta forma, que Durkheim antecipou as questões relativas ao controle social, mas a expressão propriamente dita só seria desenvolvida pela sociologia norte-americana, sobretudo no século xx, quando autores como George Herbert Mead (1863-1931) e Edward Alsworth Ross (1866-1951), foram indicados como primeiros a utilizarem a expressão em inglês; assim, o termo passa a ser utilizado para apreender os mecanismos de cooperação e de coesão voluntária da sociedade

Constatou-se que a participação política nesses espaços, condiciona-se aos determinantes educacionais, políticos e culturais. a teoria crítica da sociedade, é importante para identificar as contradições refletidas nas instituições sociais.

Afinal, a escola é resultado da construção coletiva, e a construção de uma administração escolar democrática passa, ainda, pela busca da autonomia, da participação e da descentralização de decisões .

Por isso, a importância da gestão colaborativa, onde os diretores, juntamente com todos os atores escolares, reflitam e pressionem as autoridades educacionais para que, através do diálogo, cheguem a alternativas que permitam o enfrentamento do descompromisso do governo, com ou sem tradições autoritárias históricas. (lima, 2007, p.138)

Segue alguns instrumentos ou medidas que foram adotadas em 2017, considerados importantes para o processo de construção da prática democrática:

- 1- processo de escolha democrática dos diretores da escola como tentativa de superação do corporativismo existente;
- 2- a valorização do conselho da escola, importante instrumento de democratização da escola. para isso, lima (2007) lembra que “é necessário que o diretor desen-volva possibilidades reais de atuação e participação efetiva na tomada de deci-sões”;
- 3- formação de grêmios estudantil, para os alunos vivenciarem a DEMOCRACIA;
- 4- participação dos atores escolares de forma ampla, apoiada nos valores da ética, solidariedade, equidade, respeito e responsabilidade; este talvez seja o grande desafio observado, especialmente na disputa dos grupos (antigos e novos gestores) adeptos e contrários a gestão, a disputa não parece ser problema, o problema são os valores que permeiam a disputa e revela a natureza humana, egoísta e corporativista que enfraquece a luta pela escola pública de qualidade;
- 5- projeto político pedagógico com elaboração coletiva e dialógica; no ano de 2017, hoje um dia de discussão na jornada pedagógica para atualização do ppp, mas não houve uma ampla participação dos demais seguimentos, depois disso não houve mais discussão.

6- escola como um local adequado a formação continuada de todos;

a experiência com o curso de educação fiscal foi importante, mas no sentido prático, não houve cobranças dos controles sociais e da comunidade escolar sobre a prestação de contas, inclusive foi definido na virada educacional, que deveria haver dois encontros grandes para a prestação de contas no final de cada semestre, não ocorreu e não houve cobranças dos controles sociais locais ou de qualquer outra pessoa;

7- construção de uma pedagogia da sustentabilidade;

a única ação neste sentido foi a criação da comissão de meio ambiente e qualidade de vida - com-vida. inclusive algumas ações desenvolvidas no plano de ação vêm realmente sendo executadas, mesmo assim não vejo uma mudança de atitude dos alunos.

8- construção de um espaço múltiplo de vivências.

atualmente tem-se a quadra e o colegiado escolar, que vem se mobilizando (estão selecionando voluntários, já contam com 3 pedreiros, um pintor e duas cozinheiras) para a construção do auditório, inclusive para abrigar o programa escolas culturais que a escola foi contemplada, mas até a presente data nada aconteceu.

sabemos que não existe receita pronta e única que ofereça a administração escolar democrática solução imediata para todos os problemas. mas uma coisa devemos considerar, a administração escolar baseada na participação de todos, é uma alternativa para se construir a escola pública de todos, especialmente em tempos de crise como agora.

O aluno precisa ser visto como responsabilidade de todos. seu processo educacional é integral, portanto a família, a comunidade e especialmente o poder público precisam sentir-se responsáveis pela tarefa de educá-los. e a escola precisa ter uma gestão social onde saiba exatamente quem são os parceiros que podem contar diante de cada problema observado. a comunidade precisa participar se apropriar e desenvolver a capacidade de sonhar, se indignar, amar, acreditar e ajudar a pensar e criar um mundo melhor para as crianças e adolescentes de hoje.

Encarar problemas não é tarefa fácil. mas são eles que ajudam a pensar, criar alternativas, enfrentar desafios e unir forças para superá-los. no cotidiano das escolas observadas não foi difícil encontrar pessoas dispostas, não são muitas, mas são as que querem participar deste início de processo de mudança que pode contagiar outros, afinal:

1- existem realidades diferentes e ao mesmo tempo tão iguais na escola pública, que não compete ao pesquisador, mesmo que queira, interferir.

8 a relação de pertencimento está relacionada com participação social, por isso há necessidade do registro e de relação com a história local; a memória afetiva pode provocar mudanças em cenários e ações.

9 a exigência da formação qualificada na gestão pública faz a diferença da escolha do gestor, mesmo que seja por indicação.

5- a mobilização é fundamental para avaliar, criticar e sugerir melhorias.

Durante a jornada pedagógica de 2017, foi possível revisar o Projeto Político Pedagógico da Escola, nesta revisão descobrimos que a escola estaria fazendo 50 anos em 07/04/2017. foi aí que começamos a desenvolver algumas ideias para a comemoração que já envolvesse os projetos como tema gerador do ano letivo de 2017.

A primeira tarefa foi continuar a desenvolver o histórico, paralisado desde o ano de 2013 até os dias atuais. a segunda, combinamos que o tema do cinquentenário seria abordado em todos os trabalhos durante o ano letivo de 2017 e, para celebrar os 50 anos com os alunos, foi pensado a realização de uma gincana cultural e várias atividades na semana de aniversário da escola, bem como que todas as avaliações considerariam esta temática. esta atividade mobilizou a cidade,, especialmente a comunidade escolar. verificamos que houve um engajamento coletivo em prol da melhoria da escola. o que tem evitado o processo de municipalização da escola aderido pelo prefeito local no início de 2018.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALVAREZ, Marcos Cezar. **Controle social**: notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo: Em Perspectiva, 18(1): 168-176,2004. Disponível em: <http://www.academia.edu/7447862/Controlesocialnotasemtornodeumano%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%AAmica>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimação da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 50. Nº 3, p. 443-464, 2007.
- _____, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Revista Lua Nova**. Nº 50, p. 25-46. São Paulo. CEDEC, 2000.
- _____, L. SANTOS, B. S. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- AZEVEDO, Jose Clovis. Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã. Porto Alegre,2007. A Educação – Desafios Contemporâneos. **CPFL Cultura**. Filósofa convidada: Viviane Mosé. São Paulo: CPFL, 2009. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/2009/12/01/integra-desafios-contemporaneos-a-educacao-viviane-mose/>>. Acesso em: 22 out. 2009.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2002.
- BARROSO, J. **Autonomia e Gestão das escolas**. Ministério da da Educação, 1996.
- BARROS, Sérgio Resende de. **Noções sobre Estado Democrático de Direito**. Disponível em <<http://www.srbarros.com.br/pt/nocoos-sobre-estado-democratico-de-direito.cont>>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- BRASIL. **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=13>>. Acesso em: 10 jun. 2015
- BRASIL, Câmara dos Deputados, 2011. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020). **PL nº 8.035 / 2010 / Organização**: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 106 p. – (Série Ação Parlamentar; n. 436)
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL.**Constituição Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em:< [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) >. Acesso em: 23 jan. de 2016
- BRASIL, MEC. 2008. **Ensino Fundamental de 9 anos – Orientações Gerais**. MEC/SEB/DPE/COEF, 2004.
- BRASIL, MEC, 2008. **Documento Final da Conferência Nacional da Educação Básica**. Brasília. Brasília: MEC
- BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República, 2011. **Democracia participativa**: nova relação do Estado com a Sociedade – 2003-2010. Brasília: SG/PR (2a. ed.).
- BRASIL, SR/PR, 2011. **Democracia participativa**: nova relação do Estado com a

Sociedade – 2003-2010. Brasília. SR/PR (2ª edição).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 21. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Lei n.º 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BOHMAN, James. A democracia deliberativa e seus críticos. **Meta política**. Vol.4, nº. 14. p. 24-47. DF, México: CEPACOM, 2000.

BRAVA, S. C. **A construção democrática e o futuro**. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=131>>. Acesso em 28 nov. 2014.

CASTELLS, Manuel, **A sociedade em rede - a era da informação**: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CANÁRIO, Rui. **A Escola Tem Futuro?** Das Promessas às Incertezas. Ed. Artmed. 2008.

CGU. **Núcleo de Prevenção à Corrupção**. Desenvolvido pela Controladoria Geral da União. Apresenta textos sobre a prevenção e o combate a corrupção. Disponível em:<<http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/CompromissosInternacionais/ogp/index.asp>> Acesso em: 10 nov. 2015.

CGU. **Núcleo de Prevenção a Corrupção**. Desenvolvido pela Controladoria Geral da União. Apresenta textos sobre os compromissos internacionais para o combate à corrupção e sobre a proposta do Governo Aberto. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/CompromissosInternacionais/GovernoAberto/index.asp>> Acesso em: 12 nov. 2015.

CONAE, **Documento Final**, 2011. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf> Acesso em 10 jan. 2016

COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, Nº 4, 2004, pp. 703 a 728.

COUTINHO, C. N. **Democracia**: Um conceito em disputa. Disponível em <http://laurocampos.org.br/2008/12/democracia-um-conceito-em-disputa/>. Acesso em 30/11/2014.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLARI, D. de A. **O Futuro do Estado**. São Paulo: Saraiva. 2001.

DORENSKI, Sérgio e Cristiano Mezzaroba, Orgs. 2014. **Mídia- Educação Física em Ação**: possibilidade com as interfaces entre Espore e Copa do Mundo. Florianópolis. Ed. Tribo da Ilha, 2016.

DURÃO, A. B. Habermas: **Os fundamentos do Estado Democrático de Direito. Trans/ Form/Ação**, São Paulo, 32 (1): 119-137, 2009.

- FREIRE, Paulo. **A sombra desta Mangueira**. São Paulo. Ed. Olho d'Água. 120p., 2001
- _____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- _____. Paineis **Entrevista com Paulo Freire**. Belo Horizonte, de 18 a 24/06/1989, vol 1, novembro, 1993.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GHIRALDELLI, Paulo Júnior. **O que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GURGEL, Taís. Todos pela qualidade: A forma como a escola usa o espaço, as relações interpessoais e a interação com a comunidade também são importantes na Educação das crianças. [In]: **Revista Nova Escola**. Publicado em Agosto de 2008.
- GADOTTI, Moacir e José Eustáquio Romão, Orgs., 1993. **Município e Educação**. São Paulo: Cortez/IPF.
- GADOTTI, Moacir, 1990. **Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar**. Prefácio de Florestan Fernandes. Petrópolis: Vozes, pp. 166-183.
- GADOTTI, Moacir, 2000. "Educar para e pela Cidadania". In: LUBISCO, Nídia M. L (coord). **Manual de estilo acadêmico: Monografias, dissertações e teses**. 4ª. Ed. Salvador: EDFBA 2008.
- GERSTER, Thomas Fleiner. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo. Martins Fontes. 2006.
- GOHN, Maria da Glória, 2001. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOHN, Maria da Glória, 2013. **Paulo Freire e a formação de sujeitos sociopolíticos**. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cadpesq8/2paulofreirecp8.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2015.
- GOHN, Maria da Glória, 2001. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez.
- GOHN, Maria da Glória, 2006. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- GOHN, Maria da Glória, 2011. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47. maio-ago. 2011.
- GURGEL, Taís. Todos pela qualidade: A forma como a escola usa o espaço, as relações interpessoais e a interação com a comunidade também são importantes na Educação das crianças. [In]: **Revista Nova Escola**. Publicado em Agosto de 2008. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/todos-pela-qualidade-427890.shtml>>. Acesso em 10 mai. 2016.
- HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- IVO, A.B.L. **Metamorfoses da questão democrática: Governabilidade e Pobreza**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- JOHNSON, Steven. **De onde vêm as boas ideias**. Editora: Zahar, 2011.
- LAUDON, Kenneth C. and Laudon. Jane P. 2005. "Essentials Management Information Systems. Managing the digital Firm." Sixth Edition Pearson, Prentice Hall. In

<http://homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/txt_comoanaliscasoeestudo.pdf> Acesso 18 julho 2017.

LIMA, Marcia Regina Canhoto. **Paulo Freire e a Administração Escolar: a busca de um sentido**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOURA, J.F.E. de. **Condições da democracia**. Disponível em: <<http://www.amatra4.org.br/publicacoes/cadernos/caderno-05?start=4>> Acesso em: 12 nov. 2014.

ROMÃO, JOSÉ EUSTÁQUIO; MOACIR GADOTTI. **Autonomia Da Escola - Princípios e Propostas - 7ª Edição - Editora Cortez**.

ROMÃO, José Eustáquio & Paulo Roberto Padilha, 1997. "Planejamento Socializado Ascendente na escola". In: GADOTTI, Moacir e José Eustáquio Romão, Orgs., 1997. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, p. 75-89.

ROMÃO, José Eustáquio, 1992. **Poder Local e Educação**. São Paulo: Cortez.

ROMÃO, José Eustáquio. **Sistemas municipais de educação: a LDB e a educação no município**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 2003. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento.

SANTOS. Boaventura de Souza. **Reinventar a Democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo**. 1998. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11002/1/Reinventar%20a%20Democracia.pdf>>. Acesso: 20 dez. 2015.

SANTOS, Ladjane Barbosa. Projeto de Mestrado Multidisciplinar em Gestão Social UFBA, turma 6.(incompleto). Ano 2017

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SADER, S; GARCIA, M. A. (Orgs.). **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 11-29.

SAVIANI, Dermeval, 2013. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, e a questão do Sistema Nacional de Educação. In: Conferência "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Sistema Nacional de Educação". **Anais**. São Paulo, MEC/SASE/FEUSP, 11 a 13 de março de 2013.

SILVA, Márcia, C. Muitas possibilidades para aprender a conviver. **Revista Avisa Lá**. N° 64. São Paulo, novembro de 2015.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

UNESCO. **Monitoramento dos objetivos da Educação para Todos**. Brasília: Unesco, 2010.

VILELA, RITA A. T.A Teoria Crítica de Theodor Adorno e sua apropriação para análise das questões atuais sobre currículo e práticas escolares. In: PUC, Minas Gerais, 2006. **Relatório 2004-2006**. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagdb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20120828100151.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

WEERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>

Acesso 10 jan. 2017.

ZIMMERMANN, A. **Curso de direito constitucional**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.